

SONDAGEM

ICS / ISCTE

Maio 2019

Parte 3



ÍNDICE

1. Ficha técnica	2
2. Nota introdutória: como medimos atitudes populistas	3
3. Índice de Atitudes Populistas	4
4. Os deputados deviam seguir a vontade do povo? ...	5
5. As decisões políticas mais importantes deviam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos?	7
6. As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo?	8
7. É melhor ser representado por um cidadão do que por um político profissional?	9
8. Os políticos falam demais e fazem de menos?	11
9. Em política, aquilo a que se chama “chegar a um compromisso” significa na verdade abdicar dos próprios princípios?	12
10. Portugal em perspectiva comparativa	13

1. Ficha técnica

Esta sondagem decorreu entre os dias 22 de Abril e 3 de Maio. Foi coordenada por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo o trabalho de campo sido realizado pela GfK Metris. O universo é constituído pelos indivíduos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral activa residentes em Portugal Continental. Os respondentes foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis Sexo, Idade (4 grupos), Instrução (3 grupos), Região (5 Regiões NUTII) e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais (5 grupos). A partir de uma matriz inicial de Região e Habitat, foram seleccionados aleatoriamente pontos de amostragem onde foram realizadas as entrevistas, de acordo com as quotas acima referidas.

A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal na residência dos inquiridos, em sistema CAPI. Foram seleccionados 80 pontos de amostragem, contactados 2619 lares elegíveis (com membros do agregado pertencentes ao universo) e obtidas 802 entrevistas válidas (taxa de resposta de 31%). O trabalho de campo foi realizado por 41 entrevistadores, que receberam formação adequada às especificidades do estudo. Todos os resultados foram sujeitos a ponderação por pós-estratificação de acordo com a frequência de prática religiosa e a pertença a sindicatos ou associações profissionais dos cidadãos portugueses residentes no Continente com 18 ou mais anos, a partir dos dados da vaga mais recente do Inquérito Social Europeu. A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 802 inquiridos é de +/- 3,5%, com um nível de confiança de 95%.

Para mais informações sobre a metodologia destas sondagens, em particular sobre como interpretar as barras de erro associadas às estimativas, pós-estratificação amostral e a metodologia aplicada para lidar com “indecisos” e não-respostas em questões sobre intenção de voto, consultar o nosso [site](#).

2. Nota introdutória: como medimos atitudes populistas

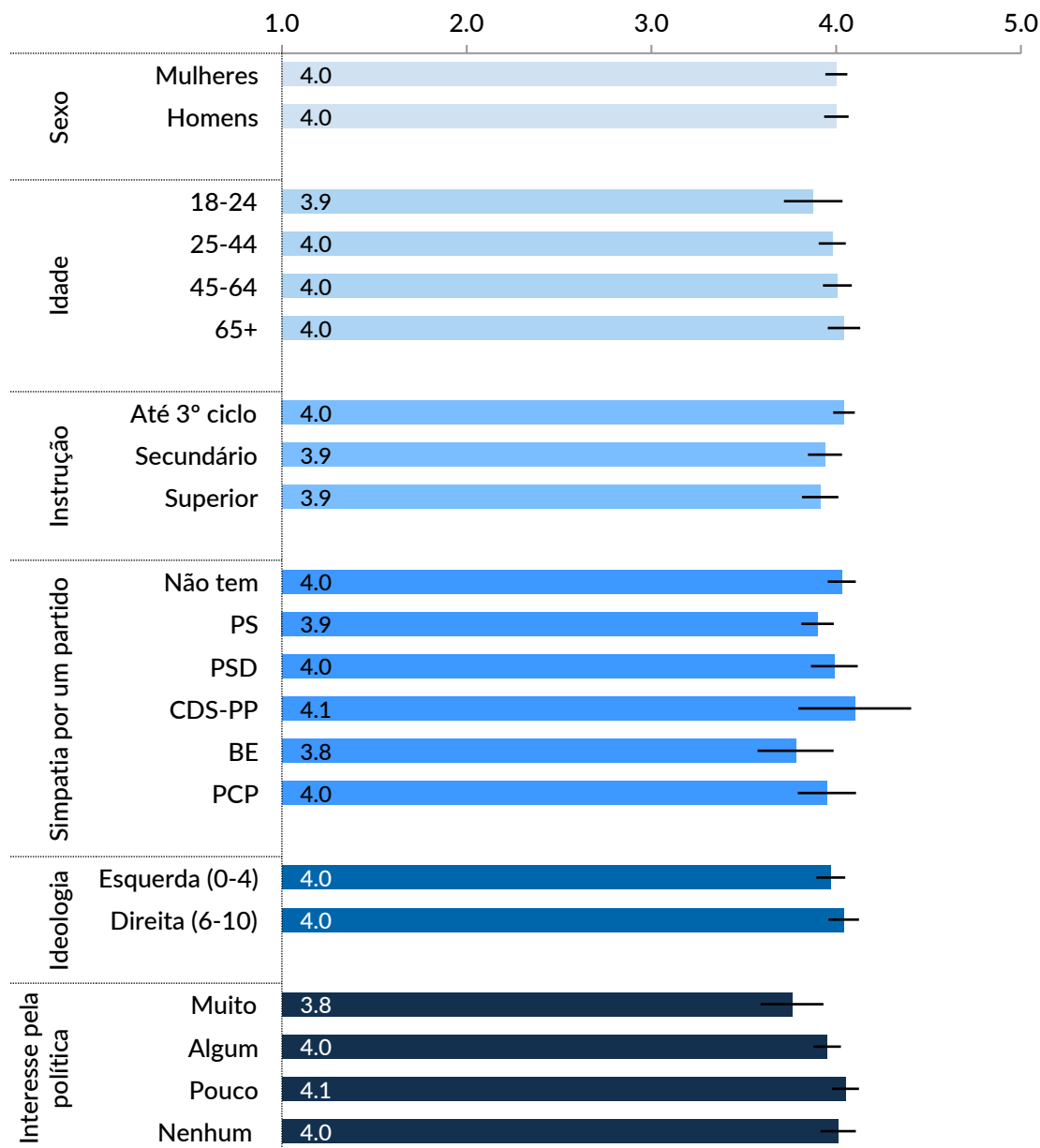
Neste relatório, apresentamos os resultados da aplicação de uma escala de atitudes populistas a uma amostra da população portuguesa. A escala é composta por seis afirmações destinadas a medir as componentes centrais do populismo enquanto orientação ideológica, com base na definição mínima de populismo proposta por Cas Mudde em 2004. Para o investigador, o populismo pode ser definido enquanto uma ideologia de baixa densidade que considera que a sociedade está, basicamente, dividida em dois campos homogéneos e antagónicos – o povo, puro, *versus* a elite, corrupta ou incapaz – e que defende que a política deveria ser a expressão da vontade geral do povo.

Cada um dos seis itens da escala de atitudes populistas constitui uma adaptação de itens de escalas similares implementadas em vários países, e destina-se a medir, de forma isolada ou concomitante, componentes da definição ideacional de populismo como o povo-centrismo (o povo enquanto elemento central da política), o anti-elitismo (uma visão negativa da natureza e ação das elites), a homogeneidade do povo e da elite e o antagonismo, numa lógica maniqueísta, entre povo e elite. Neste relatório, começamos por analisar os resultados de um índice de atitudes populistas criado com base nos seis itens utilizados, e depois centramos o enfoque analítico em cada uma das seis afirmações. Por fim, comparamos os resultados obtidos em Portugal com os observados noutras democracias europeias em que os mesmos itens foram utilizados.

3. Índice de Atitudes Populistas

Índice de atitudes populistas (escala de 1 – mínimo – a 5 – máximo)

Valor médio para cada sub-grupo



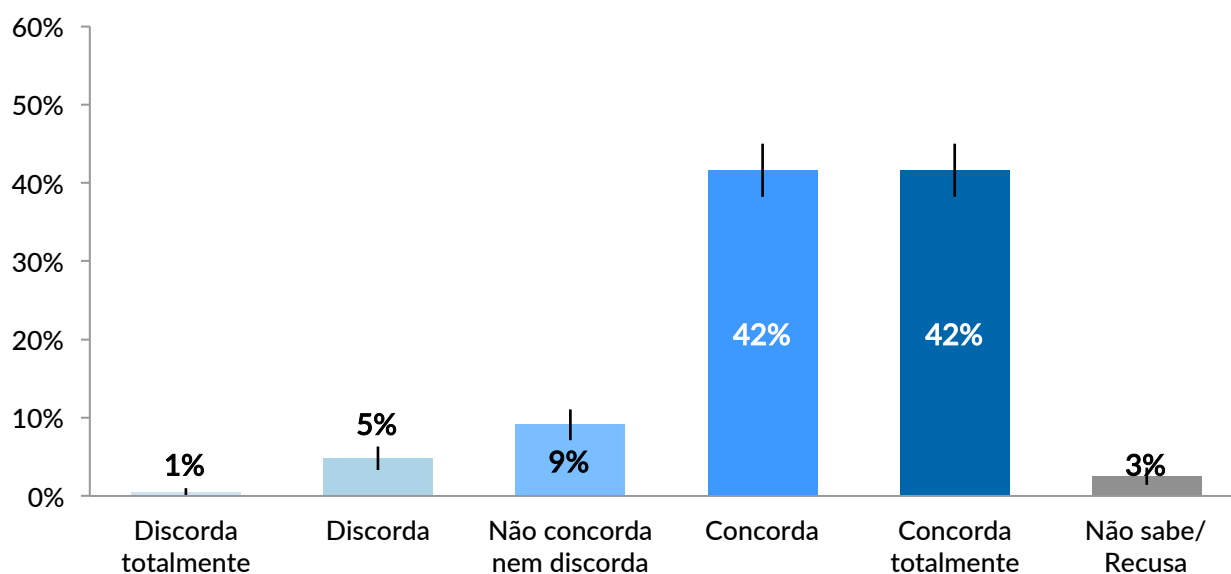
Recolha: 22 Abril -3 Maio 2019

Em termos globais, os inquiridos revelam um grau bastante elevado de atitudes populistas, apresentando uma média de 4 numa escala de 5 pontos, o que significa, genericamente, que tendem a concordar com uma visão populista da política. Ao analisarmos a distribuição das atitudes populistas por grupos, verificamos que não existem diferenças em termos de

gênero e ideologia: homens e mulheres, indivíduos de esquerda e de direita expressam virtualmente as mesmas atitudes, apresentando uma média de 4. Por sua vez, são mínimas as dissemelhanças entre quem tem até 24 anos e 25 ou mais anos. No entanto, apesar de pouco expressivas, algumas diferenças entre médias de subgrupos atingem significância estatística. Por exemplo, quem completou o ensino superior expressa atitudes populistas ligeiramente menos veementes do que as pessoas com habilitações literárias ao nível do terceiro ciclo do ensino básico. Em termos de simpatia partidária, os entrevistados próximos do CDS-PP apresentam uma média ligeiramente mais elevada nesta escala do que os simpatizantes do BE. Para além disso, quem expressou muito interesse pela política apresenta um nível médio de atitudes populistas mais baixo do que os restantes inquiridos.

4. Os deputados deviam seguir a vontade do povo?

"Os deputados deviam seguir a vontade do povo".
% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

Um dos itens utilizados na criação da escala de atitudes populistas diz respeito ao estilo de representação que os deputados devem adoptar no desempenho das suas funções, postulando que os mesmos devem ser meramente mandatários ou delegados, seguindo à risca a vontade do povo (posição mais próxima das componentes "povocêntrica" e "anti-elitista" da ideologia populista), em vez de assumirem o estatuto de *trustees*, seguindo a sua própria razão nos processos de tomada de decisão. A maioria dos inquiridos – 84 por cento

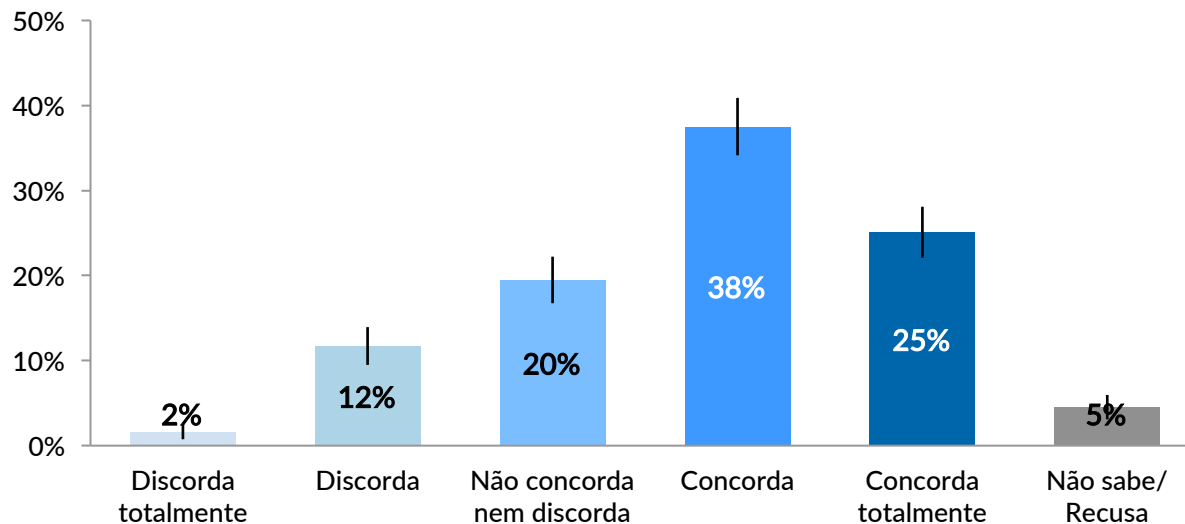
– concorda ou concorda totalmente com a ideia que os deputados deviam seguir a vontade do povo. É digno de nota o facto de 6 por cento dos entrevistados exprimirem uma posição pró-elitista, discordando da visão da “vontade do povo” enquanto melhor guia para as acções dos parlamentares. São apenas 12 por cento os inquiridos que não se posicionam relativamente a esta dicotomia ou não exprimem opinião.

Na escala de cinco pontos em que 1 significa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”, a média das respostas dos inquiridos expressa uma tendência de clara anuência (média = 4,2). Os entrevistados mais jovens, com entre 18 e 24 anos, tendem a concordar um pouco menos veementemente com esta afirmação que aqueles com mais de 65 anos (as diferenças entre as médias de 4,1 e 4,3, respectivamente, são estatisticamente significativas com um nível de confiança de 90 por cento). É ainda interessante verificar que, se entre os simpatizantes dos partidos mais à esquerda, não existem diferenças de monta no que diz respeito a esta questão, à direita a situação é distinta: os inquiridos que simpatizam com o CDS-PP defendem menos veementemente a ideia de que os deputados devem seguir a vontade do povo (média de 4) que os simpatizantes do PSD (média de 4,2). Não existem diferenças significativas em termos de género, instrução, ideologia ou interesse pela política, nem decorrentes da distinção entre inquiridos com e sem simpatias partidárias.

5. As decisões políticas mais importantes deviam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos?

"As decisões políticas mais importantes deviam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos".

% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

O segundo item utilizado para a construção do índice de atitudes populistas estipula que quem deve ser protagonista das decisões políticas sobre temas importantes é o povo, presumivelmente através de instrumentos de democracia directa como o referendo, em detrimento dos políticos. Trata-se de uma posição também associável às componentes “povo-cêntrica” e “anti-elitista” do populismo. Em relação a esta temática, observamos uma dispersão maior em relação ao item anterior. Por um lado, são menos – embora ainda constituam uma larga maioria (64 por cento) – os inquiridos que concordam com a ideia de entregar ao povo a decisão sobre assuntos importantes. Por outro, são mais aqueles que não se posicionam (25 por cento, entre os que se posicionam de forma neutra e os que não sabem ou preferem não responder) e os que rejeitam essa possibilidade (14 por cento).

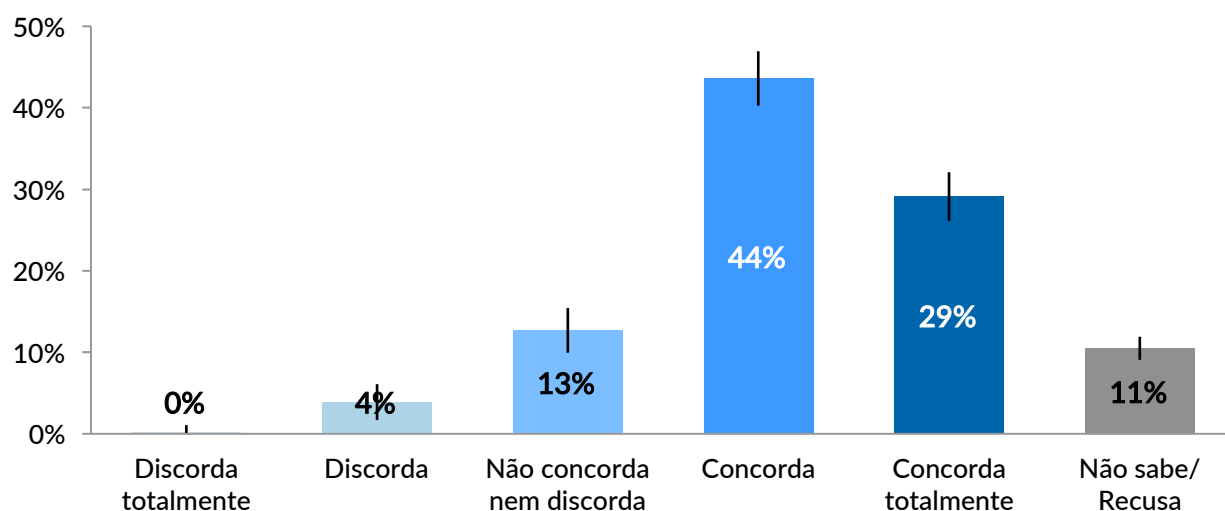
Sem surpresas, a concordância média com esta afirmação é mais modesta (média = 3,8) do que com a afirmação anterior. Mais uma vez, homens e mulheres não se posicionam de forma distinta sobre este assunto, nem os indivíduos que se definem como sendo de esquerda ou de direita, ou que afirmam possuir ou não possuir simpatias partidárias. Tal como em relação à afirmação anterior, existem diferenças significativas entre grupos etários (com um nível de confiança de 90 por cento): os mais idosos (65 ou mais anos) concordam mais com a ideia de dar ao povo o poder de decidir sobre assuntos muito

importantes que os mais jovens (18-24 anos); as médias são, respectivamente, 3,9 e 3,6. Em termos de instrução, há uma diferença estatisticamente significativa (com um nível de confiança de 99 por cento) entre quem completou o ensino superior e o ensino básico ou secundário: em média, os primeiros concordam menos com esta afirmação (média de 3,4) que os segundos (médias de 3,9 e 3,8, respectivamente). Quem afirma ter muito interesse pela política defende menos a ideia de que deve ser o povo a decidir sobre assuntos importantes (média de 3,4) que os demais (médias de 3,7 e 3,8 para os outros grupos com distintos graus de interesse; diferença estatisticamente significativa com um nível de confiança de 95 por cento). Por fim, vale a pena sublinhar que os simpatizantes do BE e do PSD concordam menos com esta ideia (médias de 3,5) que os simpatizantes do CDS-PP (média de 4,2); aqueles que se sentem próximos do PS e do PCP ficam a meio caminho, com médias de cerca de 3,8 em ambos os casos.

6. As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo?

"As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo".

% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

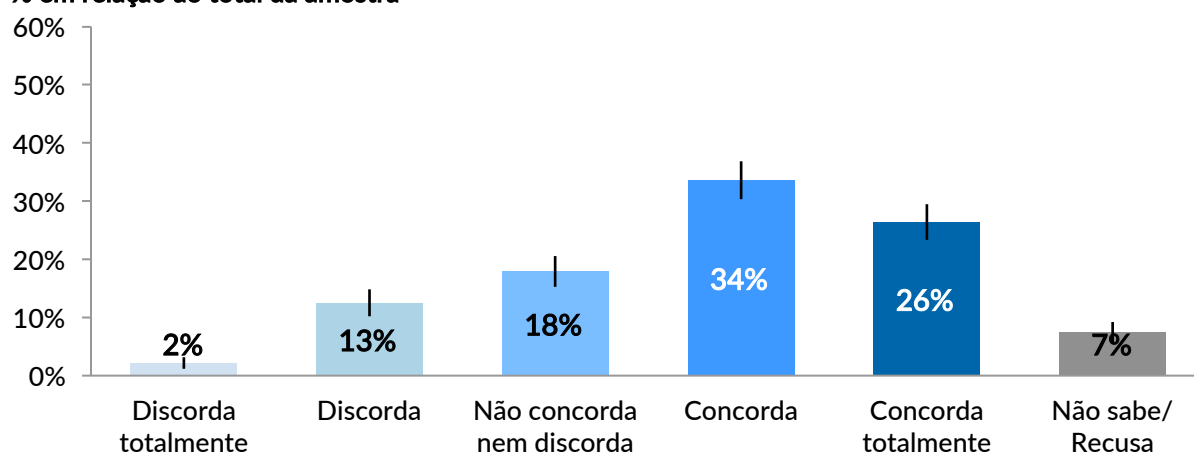
O terceiro item utilizado para a construção da escala de atitudes populistas mede o entendimento do povo enquanto entidade homogénea e a crença na existência de um abismo existente entre o povo e a elite do ponto de vista político. Como vemos, esta é uma afirmação que merece a concordância de quase três em cada quatro inquiridos (73 por cento), sendo que apenas 4 por cento rejeitam esta ideia. Os restantes entrevistados, que correspondem a quase um quarto da amostra, dividem-se entre aqueles que exprimem uma posição neutra em relação à questão e os que não têm ou preferem não expressar uma opinião.

A média das respostas a esta afirmação é de 4,1. Existem diferenças dignas de nota entre os simpatizantes dos partidos de direita com representação parlamentar, com os inquiridos próximos do CDS-PP a apresentar uma média ligeiramente mais elevada (4,4) do que os simpatizantes do PSD (4,2). As posições em relação a este tópico não variam significativamente de acordo com o género, idade, instrução, posicionamento ideológico, simpatia partidária (sim/não) e interesse pela política dos inquiridos.

7. É melhor ser representado por um cidadão do que por um político profissional?

"Gostava mais de ser representado por um cidadão do que por um político profissional".

% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

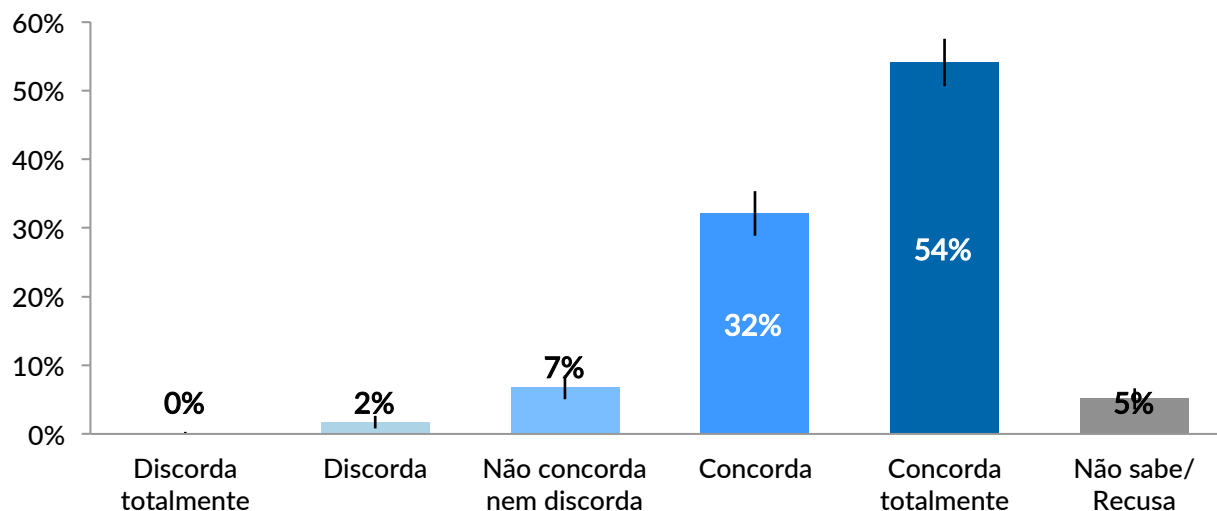
O quarto item utilizado na escala de atitudes populistas foca as preferências dos entrevistados em termos de representação, nomeadamente o grau em que preferem ser representados por um cidadão comum, membro do povo, em vez de por um político profissional, membro da elite política. São, mais uma vez, claramente maioritárias as posições mais próximas ao ideário populista, com 60 por cento dos inquiridos a preferir a representação através de um cidadão comum. Apenas 15 por cento apoiam um modelo de representação povoado por políticos profissionais. Mais uma vez, um quarto dos inquiridos não se posiciona de forma clara, desta vez não tanto por não terem ou não desejarem expressar uma opinião, mas acima de tudo por não possuírem uma opinião claramente favorável ou desfavorável em relação ao que está em causa.

A média deste item é uma das mais baixas – 3,8 –, embora denote uma clara tendência de concordância com a representação por parte de cidadãos comuns. Os homens não se distinguem das mulheres quanto à opinião sobre este tema, e não existem também diferenças estatisticamente significativas entre grupos etários ou inquiridos com diferentes níveis de escolaridade. Em termos de simpatia partidária, desta vez as diferenças são à esquerda, com aqueles que se sentem próximos do PCP a expressar maior concordância com esta afirmação (média de 3,8) que os simpatizantes do PS (média de 3,5) e do BE (3,4). Por outro lado, existem diferenças estatisticamente significativas entre quem tem e não tem simpatia por um partido político, sendo que os segundos concordam mais com este modelo de representação (média de 3,9) que os primeiros (média de 3,7; diferenças estatisticamente significativas com um nível de confiança de 99 por cento).

8. Os políticos falam demais e fazem de menos?

"Os políticos falam demais e fazem de menos".

% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

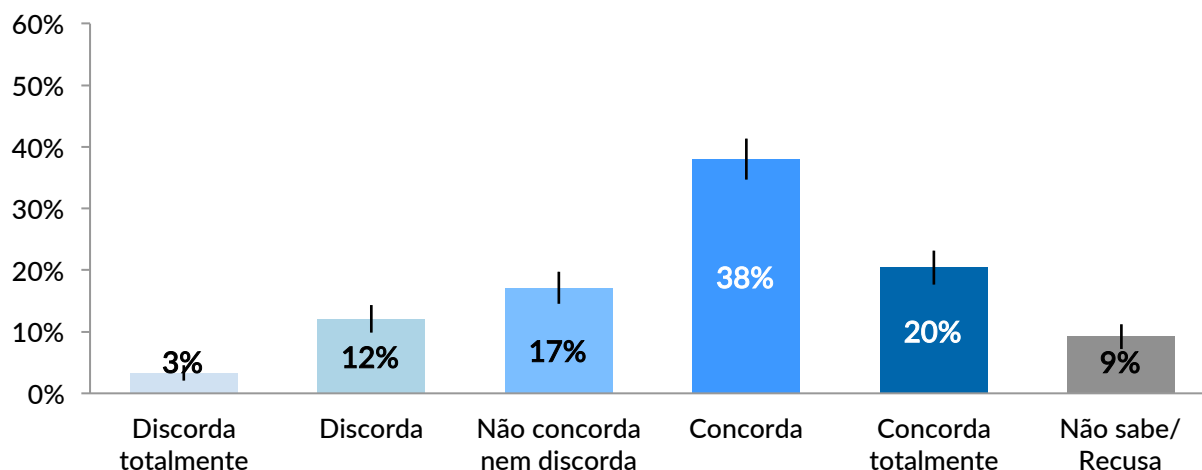
Cerca de oito em cada dez inquiridos concordam com a ideia de que os políticos se dedicam demasiado à retórica e pouco à acção. É digno de nota o facto de mais de metade dos entrevistados – 54 por cento – concordar totalmente com esta visão da classe política, o que contrasta com o facto de só 2 por cento rejeitar esta proposição. São igualmente poucos os inquiridos que não sabem ou declinam o convite para expressar uma opinião sobre este tópico.

Este é o item da escala de atitudes populistas com uma média mais elevada (4,5). As posições face a esta afirmação não divergem significativamente de acordo com o género, idade ou grau de instrução dos inquiridos, mas sim em termos da sua ideologia. De facto, aqueles que se posicionam à direita concordam mais com a ideia de que os políticos são excessivamente retóricos e pouco produtivos (média de 4,6) que os que se posicionam à esquerda (média de 4,4; diferenças estatisticamente significativas com um nível de confiança de 99 por cento). Igualmente significativas são as diferenças entre quem expressou muito interesse pela política e os demais inquiridos, com os primeiros a expressar uma média de concordância com esta afirmação mais baixa (4,1) que os segundos (4,5 para os grupos de inquiridos que revelam algum, pouco ou nenhum interesse). Entre os

grupos de simpatizantes pelos partidos com representação parlamentar, as principais diferenças estão à direita, com os inquiridos próximos do PSD a concordarem mais com esta visão negativa dos políticos (média de 4,6) do que os simpatizantes do CDS-PP (média de 4,3).

9. Em política, aquilo a que se chama “chegar a um compromisso” significa na verdade abdicar dos próprios princípios?

"Em política, aquilo a que se chama 'chegar a um compromisso' significa na verdade abdicar dos próprios princípios".
% em relação ao total da amostra



Recolha: 22 Abril - 3 Maio 2019

O sexto e último item diz respeito à ideia de que os compromissos políticos são moralmente reprováveis, e por isso chegar a um compromisso significa abandonar os princípios de cada um. Esta rejeição dos compromissos é efectivamente maioritária, sendo manifestada por 58 por cento dos entrevistados, mas proporções não despidiendas – e similares – de entrevistados discordam deste entendimento dos compromissos políticos (15 por cento) ou têm a respeito dos mesmos uma posição ambígua (17 por cento). Quase um em cada dez inquiridos não soube ou preferiu não reagir a esta afirmação.

Dos seis itens, este é aquele que apresenta uma média de concordância mais baixa (3,7). As posições dos inquiridos não variam de acordo com o seu género, idade ou grau de

instrução, posicionamento ideológico e interesse pela política, e também não existem diferenças estatisticamente significativas entre quem simpatiza e não simpatiza com algum partido político. Os simpatizantes do BE e do PS tendem a concordar menos com esta visão negativa dos compromissos políticos (médias de cerca de 3,5) do que aqueles que se sentem próximos do CDS-PP e do PCP (médias de cerca de 3,8).

10. Portugal em perspectiva comparativa

	1. Os deputados deviam seguir a vontade do povo	2. As decisões políticas mais importantes deviam ser tomadas pelo povo e não pelos políticos	3. As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores que as diferenças políticas que existem no povo	4. Gostava mais de ser representado por um cidadão que por um político profissional	5. Os políticos falam demais e fazem de menos.	6. Em política, aquilo a que se chama “chegar a um compromisso” significa na verdade abdicar dos próprios princípios
Portugal	84	63	73	60	86	58
Espanha	83	65	69	53	80	42
França	75	66	61	65	77	57
Itália	74	63	69	63	82	60
Grécia	85	66	73	61	81	62
Alemanha	71	55	54	44	67	43
Reino Unido	79	47	57	43	72	47
Suécia	79	48	49	38	67	44
Suíça	72	60	53	46	65	37
Polónia	84	64	78	59	84	46

Notas: existem pequenas diferenças entre a versão portuguesa de alguns itens e a usada em estudos internacionais: nos outros países, o item 1 fazia referência aos políticos no país; o item 4 fazia referência a um político especializado, o item 5 fazia referência a políticos eleitos.

É possível comparar os resultados obtidos em Portugal em Abril/Maio de 2019 com aqueles reportados por Eva Anduiza e Guillem Rico num artigo de 2016, com base num inquérito em nove democracias europeias implementado em Junho de 2015, apesar de ligeiras diferenças na formulação de alguns itens (ver nota ao quadro anterior). No quadro anterior, apresentam-se as percentagens de inquiridos que concordam ou concordam totalmente com cada afirmação. O principal padrão identificável através desta comparação é o facto de Portugal estar sempre entre os cinco países com proporções mais elevadas de

concordância com cada afirmação, sendo que no caso da afirmação que postula que os políticos falam demasiado e fazem muito pouco, apresenta mesmo a percentagem mais elevada de indivíduos que concordam ou concordam muito. Em linhas gerais, os padrões identificados em Portugal assemelham-se mais aos observados noutros países da Europa do Sul (especialmente Itália e Grécia) e na Polónia, e menos aos dos países da Europa Ocidental e do Norte aqui analisados (especialmente Suécia).

Verifica-se a existência de dois grupos de países em termos de qual é a componente do ideário populista mais popular – o anti-elitismo expresso no item 5 é aquele com as taxas de concordância mais elevadas em Portugal, França e Itália, enquanto que a ideia da vontade do povo enquanto base da acção dos deputados/políticos (item 1) é a mais consensual nos restantes países (excepto a Polónia, em que ambas as afirmações são aceites pela mesma percentagem de inquiridos). Por sua vez, o entendimento do compromisso político enquanto abandono de princípios (item 6) é a componente menos amplamente defendida na maioria destes, Portugal incluído, sendo que na Suécia e no Reino Unido a ideia menos popular é a da representação por um cidadão comum (item 4).

